

Concessionária
de Rodovias
PRVias S.A.

**Demonstrações financeiras para o
período entre 20 de janeiro (data da
constituição) a 31 de março de 2025.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

Aos Diretores e Acionista

Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados, na data base de 20 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025.

Apresentação

A Concessionária de Rodovias PRVIAS S.A. (“Companhia”) ou (“Concessionária”) ou (PRVias), é uma sociedade por ações, controlada pela MOTIVA Infraestrutura de Mobilidade S.A., que detém, diretamente 100% do seu capital social. A MOTIVA Infraestrutura de Mobilidade S.A., por sua vez, é uma companhia de capital aberto, listada no Novo Mercado da B3, sob o código de negociação MOTV3, segmento que reúne empresas com os mais elevados padrões de governança corporativa do mercado

Responsável pela concessão de rodovias no Paraná, operando sob um contrato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua função inclui a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do sistema rodoviário do Lote 3 do Paraná, com extensão total de 569,750 km.

A concessão tem duração de 30 anos, com início do atendimento ao usuário em 16 de maio de 2025.

1.1 - Principais indicadores:

- O EBIT foi de (R\$ 1,5) milhões;
- O EBITDA foi de (R\$ 1,5) milhões;
- O prejuízo líquido totalizou (R\$ 7,5) milhões.

Indicadores (R\$ MM)	De 20 de janeiro a 31 de março de 2025
EBIT	(1.493)
Margem EBIT	-
EBITDA	(1.493)
Margem EBITDA	-
Prejuízo Líquido	(7.483)

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	De 20 de janeiro a 31 de março de 2025
Custo de Construção	4.093
Serviços de Terceiros	33
Pessoal	212
Materiais, Equipamentos e Veículos	681
Outros	567
Custos Totais	5.586

Custo de construção: No período foi registrado o montante de R\$ 4.093 mil referente as reformas das praças de pedágio para iniciar as cobranças tarifárias.

Serviços de Terceiros: Os Serviços de terceiros foi de R\$ 33 mil - Serviço de Consultoria Financeira (Pentágono Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures) e Consultoria Jurídica (Propositura de Mandado de Segurança com vistas à exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS em nome da PRVias).

Pessoal: O custo com pessoal no período foi de R\$ 212 mil para compra de EPI para Início da Operação.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do período foi de R\$ 681 mil para compra de Materiais de Consumo Médico, Uniformes e Materiais de Segurança para Início da Operação.

Outros: Os valores do período foi de R\$ 567 mil devido Impostos, taxas (B3, CVM e Bradesco referente captação da 1ª Emissão de Debêntures) e Seguro Garantia da Rodovia.

EBITDA

Reconciliação EBITDA (R\$ MM)	De 20 de janeiro a 31 de março de 2025
Prejuízo Líquido	(8)
(+) IR/CS	4
(+) Resultado Financeiro Líquido	(10)
<i>EBITDA (a)</i>	(2)

EBIT

Reconciliação EBIT (R\$ MM)	De 20 de janeiro a 31 de março de 2025
Prejuízo Líquido	(8)
(+) IR/CS	4
(+) Resultado Financeiro Líquido	(10)
EBIT (a)	(2)

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM 156/2022.

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	De 20 de janeiro a 31 de março de 2025
Despesas Financeiras	(64)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(19)
Perda com operações de derivativos	(31)
Capitalização de custos das debêntures	5
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(19)
Receitas Financeiras	54
Ganho com operações de derivativos	20
Valor justo de debêntures	20
Rendimento sobre aplicações financeiras	14
Resultado Financeiro Líquido	(10)

No período de 20 de janeiro a 31 de março de 2025, o Resultado Financeiro Líquido foi de R\$ (10,4) milhões, impactado principalmente pelas despesas financeiras elevadas, que superaram as receitas financeiras. Além disso, não foram contabilizadas receitas operacionais nem despesas com depreciação ou amortização durante esse período.

2. Investimentos

O Paraná é um Estado de extrema importância para o agronegócio do país, com um PIB maior do que o do Uruguai, a realização da concessão das rodovias paranaenses é de extrema importância para o incremento da logística do estado. O projeto de concessão do Sistema Rodoviário das Rodovias Integradas do Paraná (PRVias) Lote 3 tem uma extensão total de 569,750 km e compreende as seguintes rodovias:

- BR-369/PR, com início no entroncamento com a PR-444, no município de Arapongas, até o entroncamento com a BR-376, no município de Jandaia do Sul;
- BR-373/PR, com início no entroncamento com a BR-487(A)/PR-151, no município de Boa Vista, até o entroncamento com a BR-376(A), no município de Ponta Grossa;
- BR-376/PR, com início no entroncamento com o Acesso I Mandaguari, no município de Mandaguari, até o entroncamento com a BR-277(A)-428, no município de São Luiz do Purunã;
- PR-090, com início no entroncamento com o entroncamento com a PR-862 (B), no município de Ibiporã, até o entroncamento com a PR-323 (A), no município de Sertanópolis;
- PR-170, com início no entroncamento com a BR-369 (B), no município de Apucarana, até o entroncamento com a BR-376 (A), no município de Apucarana;
- PR-323, com início no entroncamento com a divisa entre PR e SP na ponte de Paranapanema até o entroncamento com PR-445/545 (WARTA), no município de Londrina; e
- PR-445, com início no entroncamento com a PRC/272/BR-376/272, no município de Mauá da Serra, até o entroncamento com a PR-323/545, no município de Cambé.

No período de 20 de janeiro a 31 de março de 2025 foi registrado como receita de construção o montante de R\$ 4.093 mil referente as reformas das praças de pedágio para iniciar as cobranças tarifárias.

3. Considerações finais

3.1 Agradecimentos

A PRvias expressa seus sinceros agradecimentos a todos os nossos clientes, aos acionistas pelo apoio e pela confiança depositada na equipe de direção da Companhia, ao Governo do Estado do Paraná, bem como aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria sólida e comprometida.

Estendemos igualmente nossos agradecimentos aos colaboradores, cuja dedicação e empenho foram essenciais para o início bem-sucedido de toda a operação.

3.2. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no período de 20 de janeiro a 31 de março de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

4. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"), emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao período social de 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025.

Londrina, 9 de junho de 2025.

A Diretoria.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária de Rodovias PRVias S.A.**
Londrina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias PRVias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de março de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias PRVias S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de março de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de março de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Direito da Concessão

Veja as Notas 1, 3.9, 3.10 e 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia atua no segmento de concessão rodoviária, tendo o contrato de concessão assinado em 14 de abril de 2025, por um prazo de 30 anos. Com este direito de concessão adquirido, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.114.899 mil em seu balanço patrimonial, como ativo intangível - exploração da infraestrutura concedida.

Conforme OCPC 05 – Contratos de concessão, o direito de concessão é reconhecido como ativo intangível decorrente dos processos licitatórios em que o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato, o qual entende que o contrato é de execução.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à relevância do montante reconhecido deste intangível no contexto das demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação da documentação comprobatória que reflete o ativo intangível reconhecido como "direito de concessão", que inclui o contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente que garantiu o Direito de Concessão;

- Inspeção dos comprovantes de pagamento dos montantes relacionados ao Direito de Concessão quitados pela Companhia no período.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo apresentado como Intangível, relativo ao Direito de Concessão, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos aos responsáveis da administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis da administração, determinamos

aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de março de 2025 e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de junho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Balço patrimonial
em 31 de março de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2025
Circulante		723.020
Caixa e equivalentes de caixa	6	719.584
Contas a receber de partes relacionadas	8	122
Tributos a recuperar		2.787
Despesas antecipadas e outros créditos		527
Não circulante		1.168.699
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.039
Outros créditos		2
Imobilizações em andamento	9	23.690
Intangível	10	1.115.428
Infraestrutura em construção	10	25.540
Total do Ativo		1.891.719
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/03/2025
Circulante		42.826
Fornecedores		53
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	8	42.112
Impostos e contribuições a recolher		660
Outras obrigações		1
Não circulante		1.019.432
Debêntures	11	1.008.872
Contas a pagar com operações de derivativos		10.560
Patrimônio Líquido		829.461
Capital social	12.1	837.304
Lucros acumulados		(7.843)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.891.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Demonstração do resultado

para período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	20/01/2025 a 31/03/2025
Receita de construção		4.093
Custos dos serviços prestados		(5.028)
Custo com pessoal		(212)
Custo de construção		(4.093)
Materiais, equipamentos e veículos		(681)
Outros		(42)
Prejuízo bruto		(935)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		(558)
Serviços		(33)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(525)
Gastos com viagens e estadias		(1)
Outras receitas (despesas) operacionais		1
Resultado antes do resultado financeiro		(1.493)
Resultado financeiro	13	(10.389)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.882)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	7.1	4.039
Prejuízo líquido do período		(7.843)
Resultado por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	12.2	(0,01003)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	20/01/2025 a 31/03/2025
Prejuízo líquido do período	(7.843)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	(7.843)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Lucros acumulados	Total
		Capital social subscrito	A integralizar		
Constituição em 20 de janeiro de 2025	12.1	10	-	-	10
Prejuízo líquido do período		-	-	(7.843)	(7.843)
Aumento de capital em 11 de fevereiro de 2025	12.1	1.117.138	(279.844)	-	837.294
Saldos em 31 de março de 2025		1.117.148	(279.844)	(7.843)	829.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto

para período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

		20/01/2025 a 31/03/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	
Prejuízo líquido do período		(7.843)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	(4.039)
Juros e variação monetária sobre debêntures	13	18.580
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures		(19.708)
Resultado de Operações com Derivativos		10.560
Capitalização de custo de debêntures	13	(5.063)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber de partes relacionadas	8	(122)
Tributos a recuperar		(2.787)
Despesas antecipadas e outros créditos		(529)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores		20
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	8	1.025
Impostos e contribuições a recolher para imposto de renda e contribuição social		660
Outras obrigações		1
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(9.245)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo intangível	10	(1.118.475)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(1.118.475)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Debêntures:		
Captação	11	1.010.000
Integralização de capital	12.1	837.304
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		1.847.304
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		719.584
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período		-
No final do período		719.584
		719.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Demonstração do valor adicionado

para período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	20/01/2025 a 31/03/2025
Receitas		
Receita de construção		4.093
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de construção		(4.093)
Custos dos serviços prestados		(723)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(770)
Valor adicionado bruto		(1.493)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(1.493)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	13	53.741
Valor adicionado total a distribuir		52.248
Distribuição do valor adicionado		52.248
Tributos		
Federais		(4.036)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros		64.127
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízos retidos do período		(7.843)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovias PRVIAS S.A. (“Companhia”) ou (“Concessionária”) ou (“PRVias”), domiciliada no Brasil e constituída em 20 de janeiro de 2025 conforme as leis brasileiras, a PRVias tem sede na Rua João Wyclif, nº 111, 13º andar, salas 1301/1312, Gleba Fazenda Palhano, no município de Londrina, Estado do Paraná.

É responsável pela execução do Contrato de Concessão de rodovias, firmado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), cujo objeto é a exploração da infraestrutura e a prestação de serviços públicos relacionados à recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e garantia do nível de serviço do Sistema Rodoviário integrante do Lote 3, no Estado do Paraná.

A Concessionária é controlada pela MOTIVA Infraestrutura de Mobilidade S.A., que detém 100% do capital social da Companhia. A MOTIVA Infraestrutura de Mobilidade S.A. foi a vencedora do leilão ocorrido em 12 de dezembro de 2024. O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de abril de 2025 e tem duração de 30 anos e o início das operações ocorreu em 16 de maio de 2025.

O Sistema Rodoviário sob responsabilidade da Concessionária possui extensão total de 569,750 km, abrangendo trechos das seguintes rodovias:

- BR-369/PR
- BR-373/PR
- BR-376/PR
- PR-090
- PR-170
- PR-323
- PR-445

A partir da Assunção da Rodovia, a PRVias passou a operar o sistema rodoviário em regime de concessão por 30 (trinta) anos. Conforme estabelecido nos documentos contratuais, a operação da concessão é estruturada em quatro frentes principais:

1. Serviços Estruturais – incluindo Trabalhos Iniciais, Recuperação e Manutenção;
2. Frente de Obras – com foco em Ampliação de Capacidade, Melhorias e Manutenção de Nível de Serviço;
3. Serviços de Conservação – voltados à manutenção rotineira e emergencial do sistema;
4. Serviços Operacionais – abrangendo toda a infraestrutura de atendimento ao usuário e controle operacional.

A infraestrutura operacional disponibilizada pela PRVias é composta por:

- 13 Bases de Serviços Operacionais / Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU/BSOs) para atendimento de ocorrências com recursos de inspeção de tráfego, socorro mecânico, atendimento pré-hospitalar e combate a incêndios;
- Centro de Controle Operacional (CCO) com monitoramento em tempo real e sistemas inteligentes de transporte;
- Sistema 0800 (0800 376 0000) e site para comunicação com o usuário;
- Praças de pedágio com operação manual, por meio eletrônico (AVI) e ATM;
- Sistemas integrados de pesagem, fiscalização, videomonitoramento e painéis de mensagens variáveis.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A remuneração da Concessionária ocorre principalmente pela cobrança da Tarifa de Pedágio, com valor reajustado anualmente na data de aniversário da arrecadação, conforme variação do IPCA acumulado dos 12 meses anteriores.

A PRVias atua em conformidade com o marco regulatório da ANTT, atendendo às obrigações previstas no Contrato de Concessão, no Edital nº 05/2024, no Programa de Exploração da Rodovia (PER) volumes I e II e nas normas técnicas e regulatórias vigentes da Agência.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas por ela na sua gestão.

Em 9 de junho de 2025, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- 7.1. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 10. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- 14. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente no período apresentado nas demonstrações financeiras.

3.1. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, quando a Companhia presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa n.º 14 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



3.4. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.5. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide nota explicativa 3.11.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.7. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.9. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.10. Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

3.11. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.12. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível a acionista controladora titular das ações ordinárias da companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o período.

3.13. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública rodoviária, sendo este o único segmento que o principal tomador de decisões utiliza para que as decisões sobre recursos sejam avaliadas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Paraná e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.14. Adoção inicial de normas novas e alterações

O Companhia adotou, inicialmente, a partir de 20 de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2025:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28).

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



3.15. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para período findo após 31 de março de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 8, 11 e 14.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 8, 11 e 14.

As tarifas da concessão da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data do vencimento contratual. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures	-	-	200.540	91.031	1.360.682
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	42.112	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	54	10.560	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2025
Caixa e bancos	23
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	719.561
Total	719.584

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,93% do CDI, equivalente a 11,25% a.a., em 31 de março de 2025.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Imposto de renda e contribuição social

7.1. Impostos diferidos

O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	20/01/2025 a 31/03/2025
Imposto de renda e a contribuição social diferidos	
Ativo	8.870
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	8.362
Pré operacionalidade	508
Compensação de imposto ativo	(8.870)
Impostos ativos após compensação	-
Passivo	(4.831)
Resultado de operações com derivativos	(1.782)
Capitalização de juros	(1.720)
Valor justo	(1.329)
Compensação de imposto passivo	8.870
Impostos passivos após compensação	4.039
Imposto diferido líquido	4.039
Movimentação do imposto diferido	2025
Saldos em 20 de janeiro	-
Reconhecimento no resultado	4.039
Saldos em 31 de março	4.039

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025, assim como as transações que influenciaram os resultados do período findo em 31 de março de 2025, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	31/03/2025		
Saldos	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	122	-	122
Contas a receber	122	-	122
Passivo	42.112	166.389	208.501
Debêntures	-	166.389	166.389
Contas a pagar	42.112	-	42.112

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	20/01/2025 a 31/03/2025	
	Outras partes relacionadas	Total
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	9.804	9.804

8.1 Profissionais-chave da administração

No período de 20 de janeiro a 31 de março de 2025, não houve remuneração e pagamento de profissionais-chave da administração. Os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas da Motiva.

9. Imobilizado

	Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
Adições	23.690	23.690
Saldos em 31 de março de 2025	23.690	23.690
Custo	23.690	23.690
Saldos em 31 de março de 2025	23.690	23.690

10. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Infraestrutura em construção	Total do Intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Adições	1.114.899	529	1.115.428	25.540	1.140.968
Saldos em 31 de março de 2025	1.114.899	529	1.115.428	25.540	1.140.968
Custo	1.114.899	529	1.115.428	25.540	1.140.968
Saldos em 31 de março de 2025	1.114.899	529	1.115.428	25.540	1.140.968
Taxa média anual de amortização % Em 31 de março de 2025	(a)				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.063 no período findo em 31 de março de 2025. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no trimestre findo em 31 de março de 2025 foi de 0,98% a.m.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de março de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	25.228
Estruturação de projeto rodoviário	16.384
Adequação de sinalização	8.844

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	31/03/2025
1a Emissão - Série única	IPCA + 7,60% a.a. (a)	(b)	Fevereiro de 2030	-	-	1.008.872 (c)
				Total	-	1.008.872

	31/03/2025
Circulante	1.008.872
Debêntures	1.028.580
Valor justo	(19.708)
Total geral	1.008.872

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 14;

Garantias:

- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo); e
- (c) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	31/03/2025
2028	5.665
A partir de 2030	1.022.915
(-) Valor justo	(19.708)
Total	1.008.872

Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado caso deixe de honrar obrigações financeiras decorrentes de captação de recursos realizada por ela no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, observado o prazo de cura. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 20 de janeiro de 2025, ocorreu a integralização do capital social no montante de R\$ 10, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

Em 11 de fevereiro de 2025, ocorreu a integralização do capital social no montante de R\$ 1.117.138, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.117.148 e o capital a integralizar é de R\$ 279.844, compostos por 1.117.148.161 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.2. Resultado por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	20/01/2025 a 31/03/2025
Numerador	
Prejuízo líquido	(7.843)
Denominador	
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	782.007
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,01003)

13. Resultado financeiro

	20/01/2025 a 31/03/2025
Despesas financeiras	(64.130)
Juros e variação monetária sobre debêntures	(18.580)
Capitalização de custos das debêntures	5.063
Perda com operações de derivativos	(31.025)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(19.588)
Receitas financeiras	53.741
Rendimento sobre aplicações financeiras	13.568
Ganho com operações de derivativos	20.465
Valor justo de debêntures	19.708
Resultado financeiro líquido	(10.389)

14. Instrumentos financeiros

14.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/03/2025
Ativos	Nível	719.706
Valor justo através do resultado		719.584
Caixa e bancos	Nível 2	23
Aplicações financeiras	Nível 2	719.561
Custo amortizado		122
Contas a receber de partes relacionadas		122
Passivos		(1.061.598)
Valor justo através do resultado		(1.019.432)
Debêntures	Nível 2	(1.008.872)
Contas a pagar com operações de derivativos	Nível 2	(10.560)
Custo amortizado		(42.166)
Fornecedores e outras contas a pagar		(54)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(42.112)
Total		(341.892)

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados swaps trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.028.580 em 31 de março de 2025, conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado
1ª Emissão - Série única	IPCA + 7,60% a.a.	CDI + 0,07% a.a. (string) / CDI + 0,08% a.a. (string)	1.028.580

14.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de março de 2025, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de taxa de juros sobre a totalidade da 1ª emissão de debêntures para a proteção na mudança no fluxo de pagamento.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Data de vencimento	Valores de Referência (Nocional)	Efeito acumulado	Resultado
		Moeda Local	Valores a receber/ a pagar	Ganho/(Perda) em resultado
		31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
SWAP - riscos de juros		1.010.000	(10.560)	(10.560)
PRVias	2030	1.010.000	(10.560)	(10.560)

14.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

14.4. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) e (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPCA	(9.226)	(479)	(531)	(583)
CDI	(1.010.000)	(143.780)	(179.535)	(215.291)
Efeito sobre debêntures e derivativos		(144.258)	(180.066)	(215.874)
CDI	468.749	64.601	80.720	96.827
Efeito sobre as aplicações financeiras		64.601	80.720	96.827
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(79.658)	(99.347)	(119.047)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	14,1500%	17,6875%	21,2250%
IPC-A ⁽³⁾	5,4800%	6,8500%	8,2200%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) e (3) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Taxa de 31/03/2025, divulgada pela B3;

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/03/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

15. Demonstração dos fluxos de caixa

15.1. Transações que não afetaram o caixa

As transações que não afetaram o caixa, no período findo em 31 de março de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo.

	31/03/2025
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(41.120)
Fornecedores	(41.120)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	41.120
Outros de ativo imobilizado e intangível	41.120

15.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Capital social	Total
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(1.010.000)	(837.304)	(1.847.304)
Captação	(1.010.000)	-	(1.010.000)
Integralização de capital	-	(837.304)	(837.304)
Outras variações que não afetam caixa	1.128	-	1.128
Despesas com juros e variação monetária	(18.580)	-	(18.580)
Valor justo operações hedge fair value option	19.708	-	19.708
Saldo em 31 de março de 2025	(1.008.872)	(837.304)	(1.846.176)

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Josiane Carvalho de Almeida	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Keller Alves Rodrigues Junior	Diretor Presidente
Angelo Luiz Lodi	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"PR